

DF - economia

tribuna da

CIDADE

assos

POR LINDBERG CURY



Ex-secretário da Indústria, Comércio e Turismo do DF

O futuro das microempresas

O Governo do Distrito Federal pegou a contramão do desenvolvimento ao "inventar" um projeto que, na prática, acaba com a isenção de impostos das microempresas. Essa taxaçoão fiscal vai provocar uma onda de fechamento de empresas e estimular as atividades clandestinas, o que é mais prejudicial para o desenvolvimento econômico do DF.

Custa a acreditar que o governo de uma cidade onde se registram índices altíssimos de desemprego e o mercado de trabalho ainda é restrito adote semelhante política, que vem justamente agravar ainda mais a situação. Enquanto outros estados, como o Rio de Janeiro, Paraná e Ceará estimulam a criação e funcionamento das suas microempresas, o Distrito Federal percorre caminho inverso. Urge, portanto, que o GDF repense a sua posição, para buscar uma solução que não seja o fim de muitas microempresas e o agravamento da crise econômica e do desemprego.

Vários países da Europa e da Ásia se tornaram economicamente fortes justamente porque incentivaram o funcionamento de microempresas em seu território. Entre os casos mais conhecidos estão a Itália e o Japão, que superaram os traumas e prejuízos da 2ª Guerra porque adotaram uma política que estimulava a criação desse tipo de empresa. Atualmente, as micros respondem por mais de 80% da economia japonesa. Nessas empresas, a maioria funcionando em âmbito familiar, se fabricam até microcomputadores, com incentivo do governo. O Japão é hoje uma das economias mais fortes do mundo graças a essa política.

No Brasil ocorre justamente o inverso. Ao invés de incentivarem a formação de microempresas para fortalecer a economia e superar a crise de desemprego, os governos estaduais, com raras exceções, sobretaxam de impostos esse segmento, inviabilizando-o economicamente. As exceções ficam por conta do Paraná, Ceará e Rio de Janeiro.

O Paraná descobriu, ainda durante o governo de José Richa, que montar uma grande estrutura fiscal para cobrar imposto de microempresas não valia a pena: o investimento era maior que o retorno e havia o agravamento do desemprego com o fechamento de várias empresas. Então, melhorou a estrutura para fiscalizar bem as grandes empresas e evitar a sonegação. O resultado foi altamente positivo, com o aumento da arrecadação. O atual governador, Roberto Requião, ampliou as faixas desse benefício fiscal.

O Ceará, mais recentemente, chegou à conclusão que faria uma grande economia de divisas se investisse nas suas microempresas. Tradicionalmente, o estado comprava carteiras escolares no sul do País. Considerando que os preços estavam aumentando muito, o governo estadual decidiu então fazer uma experiência: adquiriu ele próprio um lote de madeira e repassou para várias microempresas locais. Resultado: as carteiras escolares saíram a custo de 70% mais barato do que quando eram compradas fora. A partir daí, o governo cearense passou a acreditar nas microempresas.

No Distrito Federal, foram criadas nos últimos dez anos cerca de 25 mil microempresas, apesar da falta do incentivo governamental e da insençoão fiscal aqui ser insignificante. São bares, restaurantes, lanchonetes, frutarias, videolocadoras, bazares, entre outros. Cada empresa dessa sustenta, em média, cinco pessoas, conforme pesquisa do IBGE. Com a taxaçoão fiscal rigorosa, como pretende o GDF, a grande maioria corre o risco de desaparecer ou passar a atuar na clandestinidade. A consequência será o aumento da massa de desempregados e menor circulação de dinheiro do DF, a curto prazo. O preço social a pagar será alto demais para uma insignificante arrecadação fiscal. Ao invés de taxar as micros, por que o GDF não se atualiza, liderando um movimento nacional que aumenta a receita, diminui a carga tributária, evita a sonegação, amplia as bases da arrecadação que passaria a ser proporcional a cada contribuinte, eliminando o conceito de micro, pequena, médias e grandes empresas? Essa é a proposta do economista e professor da USP Marcos Cintra, o imposto único, sobre o qual voltaremos a falar em outra oportunidade.